

UNANIMIDADE

Câmara rejeita projeto que regulamentava antenas em Tangará

A proposta só pode voltar a tramitar se tiver nova redação

MARCOS FIGUEIRÓ / Assessoria

Por unanimidade os vereadores tangaraenses rejeitaram o Projeto de Lei 155/2018 que regulamentava a implantação de Estações Rádio Base (ERBs) em Tangará da Serra. A proposta, discutida amplamente na Câmara, voltou ao plenário na sessão de terça-feira, dia 12, depois de um período de vistas de 45 dias solicitado pelo vereador Professor Sebastian (PSB). Nesse prazo a Câmara aguardava resposta do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ao Ofício 187/2018 em que solicitou parecer técnico a respeito

da proposta de regulamentação municipal.

Na discussão do projeto os vereadores ressaltaram a importância da análise técnica apresentada pelo Ministério das Comunicações. Para Claudinho Frare é pertinente a preocupação com o tema, mas o poder de legislar, a disposição do poder público municipal,

“Causa estranheza a exigência de laudo radiométrico antes de sua instalação

deve levar em consideração o conhecimento especializado.

No parecer, encaminhado à Câmara pelo chefe de

Gabinete do Ministério das Comunicações Carlos Koji Takahashi, o representante da Secretaria de Comunicações Laerte Davi Cleto informa que o parecer técnico do Departamento de Telecomunicações é pela retirada do projeto. Entre os problemas apontados estão impropriedades, inconsistências, questões já regulamentadas por legislação federal, duplicidade de exigências e excesso de burocratização. “Ademais, causa estranheza a exigência de laudo radiométrico da estação antes mesmo de sua instalação (...) ressalta-se que todos os equipamentos de telecomunicações comercializados no país necessitam ser homologados pela Anatel, de modo que também não faz sentido sua exigência pelo Município”, diz trecho do documento citado pelos vereadores como exemplo de



A proposta foi discutida amplamente na Câmara

problemas do projeto.

Ainda durante a discussão do PL 155/2017, o vereador Rogério Silva ressaltou que um novo projeto pode vir a ser apresentado no futuro, com mudanças que considerem os pontos apre-

sentados no parecer técnico, mas reconheceu que da forma que está o projeto é inviável. Com a rejeição por parte da Câmara, a proposta de regulamentação só pode voltar a tramitar se tiver nova redação.



Reunião aconteceu na sede do Samae

DECISÃO JUDICIAL

Em reunião, consumidores se preocupam

Autarquia realizou reunião com os 30 consumidores que mais serão afetados

RODRIGO SOARES / Redação DS

Diante do cumprimento de uma decisão liminar que impactará significativamente os valores das faturas de água de dois mil consumidores tangaraenses a partir do próximo mês, o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra (Samae) realizou na manhã desta quarta-feira, 13 de junho, uma reunião com as pessoas que mais serão afetadas (cerca de 30) com a mudança. De acordo com o diretor do Samae, Wesley Torres, o objetivo foi esclarecer a situação para os consumidores, que estão

preocupados com o aumento na fatura.

“Fizemos o convite para esses consumidores virem até a reunião, oportunidade em que explicamos para eles o que vai afetar cada unidade consumidora. A reunião é importante para que todos tenham conhecimento e tomem a medida que acharem necessária, uma vez que não haverá possibilidade de contestação do Samae, que está apenas cumprindo uma decisão judicial”.

“Minha fatura vai aumentar o dobro, então estou preocupada

Para Maria do Carmo, que é proprietária de uma quitinete e uma das 30 maiores afetadas com a decisão judicial, a situação é motivo de preocupação. “Só tenho um hidrômetro, que equivale para todas as quitinetes. Hoje eu pago em média 550 reais com rede de esgoto, água e lixo. Creio que vai aumentar o dobro, então para mim não é viável. Vou ficar muito no prejuízo, pois terei que alugar duas quitinetes para pagar a fatura, e não terei o retorno”, relatou a consumidora, que mesmo preocupada, está esperançosa em um consenso.

Com a decisão judicial, de duas mil unidades consumidoras, 1.200 vão ser beneficiadas com a redução dos valores que pagam atualmente. Já 800 consumidores terão um aumento que chegará a quase 400%.